



Corrupção

Perceções, atitudes e
práticas em Portugal

ORGANIZAÇÃO

FELIPPE CLEMENTE

LUÍS DE SOUSA

PEDRO MAGALHÃES

ICS INQUÉRITO

Corrupção

Perceções, atitudes e práticas em Portugal

ORGANIZADORES

Felippe Clemente

Luís de Sousa

Pedro Magalhães

ICS

Imprensa
de Ciências
Sociais

Imprensa de Ciências Sociais



Instituto de Ciências Sociais
da Universidade de Lisboa

Av. Prof. Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa – Portugal
Telef. 21 780 4700 – Fax 21 794 0274

www.ics.ulisboa.pt/imprensa
E-mail: imprensa@ics.ul.pt

Instituto de Ciências Sociais – Catalogação na Publicação

Corrupção : perceções, atitudes e práticas em Portugal: / org. Felipe Clemente,
Luís de Sousa, Pedro Magalhães. – Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2024

CDU 36

ISBN: 978-972-671-801-7

PDF: 978-972-671-802-4

Corrupção; Perceções sociais; Democracia; Portugal; Espanha



© Instituto de Ciências Sociais, 2024

Capa: Mariana Vale Studio

Projeto gráfico: Aresta Criativa – Artes Gráficas, Lda.

Revisão: Soares de Almeida

Impressão e acabamento: Gráfica Manuel Barbosa & Filhos, Lda.

Depósito legal: 539 099/24

1.ª edição: novembro 2024

Índice

Autores	11
Introdução	15
<i>Felippe Clemente, Luís de Sousa, Pedro Magalhães</i>	
Capítulo 1	
Exposição à corrupção e valores democráticos: dois perfis sociais ..	23
<i>Raquel Rego, Felippe Clemente, Luís de Sousa</i>	
Capítulo 2	
Corrupção sem filtro: o que «dizem» os portugueses sobre a corrupção?	43
<i>Gustavo Gouvêa Maciel, Inês F. Santos</i>	
Capítulo 3	
O que é a corrupção para os portugueses? A definição social de corrupção num contexto normal (2006) e excepcional (2021) de governação democrática	59
<i>Carlos Eduardo Bento, Felippe Clemente</i>	
Capítulo 4	
Perspetivas geracionais da corrupção em Portugal: uma visão comparada entre jovens e seniores	75
<i>Felippe Clemente, Luís de Sousa</i>	
Capítulo 5	
Corrupção e o interesse no futebol em Portugal: variáveis relevantes .	99
<i>Carlos Seixas, Marcelo Moriconi, Patrícia Calca</i>	

Capítulo 6

**As perceções ibéricas sobre a corrupção: uma análise comparativa
entre Espanha e Portugal** 115

Adrián Megías, Gustavo Gouvêa Maciel, Fernando Jiménez, Luís de Sousa

Conclusão 151

Anexo 155

Índice de quadros, gráficos e figuras

QUADROS

1.1	Caracterização das variáveis em análise	32
1.2	Medidas de discriminação.	33
2.1	As cinco palavras mais usadas para definir a corrupção em Portugal.	47
2.2	As cinco palavras mais usadas para categorizar a corrupção como «má conduta» em Portugal	51
2.3	As cinco palavras mais usadas para caracterizar a corrupção como «benefício privado» em Portugal.	52
2.4	As cinco palavras mais usadas para categorizar a corrupção como «decadência institucional» em Portugal	54
3.1	Estatística descritiva – variáveis de caracterização – 2006 e 2021 .	69
3.2	Estatística descritiva – definição social da corrupção – 2006 e 2021	70
4.1	Palavras mais citadas entre os jovens durante a discussão guiada .	83
4.2	Palavras mais citadas entre os seniores durante a discussão guiada	84
5.1	Assistência de espectadores da Liga de Portugal	110
6.1	Julgamentos do que é ou não é corrupção	127
6.2	Definições sociais de corrupção	130
6.3	A incidência da corrupção	133
6.4	A evolução da corrupção no último ano	135
6.5	A ética pública durante a pandemia	138
6.6	Razões para votar em corruptos detalhadas	144

GRÁFICOS

1.1	Exposição à corrupção de funcionários nos últimos três anos . . .	30
1.2	Valores mais importantes num Estado democrático	31
1.3	Configuração da associação entre exposição à corrupção, valores e confiança (ACM)	34

FIGURAS

2.1	Comunidades/categorias de palavras de corrupção	49
2.2	Definições sociais da corrupção em Portugal.	55
3.1	Definição social da corrupção – 2006 e 2021.	71
4.1	Sentenças curtas (2 ≤ 4 palavras) mais citadas entre os jovens durante a discussão guiada.	84
4.2	Sentenças curtas (2 ≤ 4 palavras) mais citadas entre os seniores durante a discussão guiada.	85
4.3	Enfoque da definição de corrupção por jovens e seniores.	86
4.4	Tipos de corrupção por jovens e seniores	87
4.5	Tolerância social por jovens e seniores.	89
4.6	Indisponibilidade para denunciar por jovens e seniores	90
5.1	Corrupção no futebol	108
5.2	Interesse no futebol	109
6.1	Índice de perceção da corrupção (CPI) <i>vs.</i> índice de tolerância à corrupção 2012-2023.	119
6.2	Julgamentos do que é ou não é corrupção.	125
6.3	Definições sociais de corrupção.	129
6.4	A incidência da corrupção.	132
6.5	A evolução da corrupção no último ano	134
6.6	A evolução da corrupção no último ano	134
6.7	A ética pública durante a pandemia.	137
6.8	A ética pública durante a pandemia.	137
6.9	Razões para não denunciar a corrupção.	141
6.10	Razões para votar em corruptos.	143

Autores

Adrián Megías é doutorado em Ciência Política pela Universidade de Múrcia (2018) e mestre em Governo, Administração e Políticas Públicas. Licenciou-se em Ciências Políticas e Sociologia (Universidade de Valência). Foi bolseiro do Centro de Investigações Sociológicas. A sua área de especialização centra-se no estudo de atitudes políticas, análise de dados de questionários e modelos multinível.

Carlos Eduardo Conceição Bento é licenciado em Sociologia pela Faculdade de Economia de Universidade de Coimbra e mestre em Ciência Política pelo Iscte-IUL. No âmbito da dissertação de mestrado desenvolveu um trabalho sobre corrupção em Portugal (2006 e 2020) que integrou o presente livro. Atualmente, é estudante de doutoramento em Sociologia na Universidade de Coimbra.

Carlos Seixas, doutorado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto (FEP), é professor auxiliar na Universidade Portucalense e professor auxiliar convidado na FEP e na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Os seus interesses de investigação incluem economia pública e política, nomeadamente compreender como os atores políticos fazem escolhas, sejam elas políticas ou pessoais. Além disso, foca-se nas perceções dos eleitores/cidadãos em diferentes domínios. Por fim, estuda o fenómeno da corrupção em diferentes dimensões. Tem diversas publicações internacionais nessas áreas. Anteriormente foi docente na Católica Porto Business School e professor auxiliar convidado na Universidade de

Aveiro e na Universidade Católica de Moçambique. Foi, igualmente, investigador convidado na Universidade de Kassel.

Felipe Clemente doutorou-se em 2016 em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa, Minas Gerais, Brasil, com uma tese sobre evasão fiscal. Foi investigador internacional na Universidade Goethe de Frankfurt, Alemanha (2015). Entre 2016 e 2019 foi investigador assistente no Departamento de Economia da Universidade Federal de Viçosa. Também foi professor júnior na Universidade de Viçosa, sob a égide do Departamento de Economia, durante o período de 2018-2019. Os seus interesses de investigação atuais centram-se em corrupção e crises económicas, evasão fiscal, economia do crime e economia política na Europa e no estrangeiro. Está integrado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Fernando Jiménez Sánchez, doutorado em Ciência Política e Sociologia pela Universidade Complutense de Madrid, é professor catedrático de Ciência Política e Administração na Universidade de Múrcia e investigador do Instituto Carlos III-Juan March de Estudios e Investigaciones. Foi bolseiro Fulbright-SAAS no Departamento de Ciência Política da Universidade da Califórnia, San Diego. É autor de diversas publicações académicas sobre corrupção política, corrupção urbanística, financiamento de partidos, consequências eleitorais da corrupção, entre outras temáticas. Foi consultor científico na V e avaliador externo na III Ronda de Avaliação do GRECO (Grupo de Estados contra a Corrupção) do Conselho da Europa. É também membro da rede de Local Research Correspondents on Corruption (LRCC) da Comissão Europeia. É perito em temas sobre combate à corrupção da rede TAIEX da Comissão Europeia e fez parte de diversas comissões de estudo do Centro de Estudos Políticos e Constitucionais (Ministério da Presidência). Foi codirector da cátedra de Bom Governo e Integridade Pública da Universidade de Múrcia (2021-2024).

Gustavo Gouvêa Maciel é doutorando no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa). Está a trabalhar numa tese sobre a tolerância à corrupção na democracia, financiada pela Reitoria da Universidade de Lisboa e pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Participou recentemente como investigador em dois

projetos que exploraram as percepções dos cidadãos (EPOCA-FCT) e dos políticos (ETHICS-FFMS) sobre a corrupção em Portugal. Tem experiência na conceção de inquéritos sobre corrupção e a sua investigação explora, para além da tolerância, as definições, medidas e impactos das percepções de corrupção na qualidade da democracia. Em 2024 atuou na coordenação local das atividades do 8.º Fórum da *Interdisciplinary Corruption Research Network* (ICRN) e tem vindo a publicar a sua pesquisa em revistas especializadas internacionais, como a *Social Indicators Research*, a *Public Integrity* e a *European Political Science*.

Inês Fernandes dos Santos é investigadora no Instituto para as Políticas Públicas e Sociais (IPPS-ISCTE), onde se tem dedicado à investigação e avaliação de políticas públicas, com foco no desenvolvimento de indicadores de desempenho e na avaliação de impacto de políticas em diversas áreas sociais e económicas. É licenciada em Ciência Política e mestre em Economia e Políticas Públicas pelo Iscte-IUL. Na sua dissertação de mestrado analisou os riscos associados à gestão das associações de estudantes do ensino superior.

Luís de Sousa é investigador principal do ICS-ULisboa. É coordenador do Research Committee on Political Finance and Political Corruption (RC20) da International Political Science Association (IPSA) e membro do conselho editorial da revista *Public Integrity*. É membro fundador e antigo presidente da Transparency International – Portugal e consultor internacional sobre políticas de controlo da corrupção. Coordenou vários projetos de âmbito nacional e internacional sobre corrupção e regulação da ética política e tem várias publicações neste domínio em revistas internacionais indexadas.

Marcelo Moriconi é investigador no Centro de Estudos Internacionais (CEI) do IUL. Doutorou-se na Universidade de Salamanca e tem uma longa trajetória de investigações multidisciplinares sobre mercados ilegais e comportamentos desviantes, como a violência e a corrupção. Nos últimos anos tem focado os seus estudos no âmbito do desporto e tem coordenado uma série de projetos internacionais financiados pela Comissão Europeia. Já publicou três livros e mais de 40 artigos em prestigiosas revistas académicas. Tem lecionado em universidades na Europa e na América Latina.

Patrícia Calca (PhD, Universidade de Lisboa-ICS) é investigadora integrada no CIES-Iscte, Lisboa, tendo sido *visiting scholar* na New York University, Universidade de Mannheim e de Konstanz. Foi bolseira de pós-doutoramento financiada pela FCT e trabalhou em várias instituições, incluindo a Universidade de Évora e a Universidade Aberta. Publicou livros e capítulos em editoras, como Palgrave Macmillan, Oxford University Press e Almedina, além de artigos e relatórios com revisão cega. Atualmente, é responsável pelo projeto «As microfundamentações do comportamento legislativo nas democracias europeias», financiado pela FCT, e é editora associada da *SN Social Sciences*. Colabora com várias revistas académicas e participou em mais de 30 conferências científicas internacionais.

Pedro Magalhães é investigador coordenador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. É doutorado em Ciência Política pela Ohio State University. Faz investigação sobre opinião pública e comportamentos políticos, com especial ênfase no uso de inquéritos por questionário.

Raquel Rego é doutorada em Sociologia (Université Lille 1/Iscte-IUL, 2007), professora auxiliar do Departamento de Sociologia da Escola de Sociologia e Políticas Públicas do Iscte-IUL e investigadora do CIES-Iscte desde setembro de 2024. Foi investigadora auxiliar do ICS-ULisboa, tendo nessa ocasião integrado a equipa do projeto EPOCA (2018-2022), coordenado por Luís de Sousa. Os seus interesses de investigação incidem sobre relações laborais, associações, entre outros, recorrendo a metodologias quantitativas e qualitativas. O seu trabalho está publicado no *European Journal of Industrial Relations*, *Transfer*, *Cultural Trends*, *International Journal of Police Science & Management*, *Minerva*, *Australian Journal of Public Administration*, entre outras revistas científicas, assim como em livros e capítulos de livros da Routledge, Palgrave Macmillan, Springer e l'Harmattan.

Felippe Clemente
Luís de Sousa

Capítulo 4

Perspetivas geracionais da corrupção em Portugal: uma visão comparada entre jovens e seniores

Introdução

A corrupção é uma conduta ou prática desviante dos padrões éticos oficiais que regem um cargo de autoridade confiada. A compreensão do que constitui uma conduta desviante no cargo e, portanto, do que é ou não corrupção dependerá «principalmente dos sistemas de valores subjacentes à noção de ética do avaliador» (Rose-Ackerman 1999, 223). Algumas pessoas podem considerar certas condutas desviantes como algo «normal» para o funcionamento da democracia ou «benéfico» para o desenvolvimento económico. Portanto, a tolerância dos cidadãos face à corrupção pode, provavelmente, ser afetada por fatores culturais e sociodemográficos, entre outros.

De facto, existe amplo consenso na literatura de referência sobre a influência das variáveis de caracterização social dos indivíduos nos julgamentos que estes fazem sobre determinados cenários de corrupção. Um dos fatores sociográficos que apresentam consistentemente um elevado valor explicativo nos vários estudos realizados, embora os resultados apontem para conclusões diferentes, é a idade. A associação entre idade e atitudes face à corrupção não é clara.

Alguns estudos vão no sentido de mostrar uma associação negativa entre a idade e a tolerância em relação à corrupção. Ou seja, as gerações mais jovens tendem a expressar julgamentos mais severos do que as gerações mais velhas sobre esta matéria. Outras pesquisas, por outro lado, concluem que os mais jovens são mais tolerantes em relação a situações de corrupção política, como o financiamento de partidos políticos e campanhas eleitorais e/ou o conflito de interesses no exercício de funções, do que os mais seniores (Jackson 2009; Sung e Lee 2015; Graf Lambsdorff e Schubert 2015; Wang e Sung 2018; Heinisch 2014; Ebrahim 2013; Singh e Pai 2017).

Com o intuito de decifrar estas diferenças geracionais, organizamos seis grupos focais: quatro com estudantes finalistas do 1.º ciclo do ensino superior e dois com estudantes seniores inscritos em cursos de formação (universitária) ao longo da vida. Neste estudo optámos por uma amostragem propositada dos participantes, uma vez que queríamos testar as atitudes face à corrupção de duas gerações.

A discussão em grupos focais é uma técnica de pesquisa qualitativa que envolve a coleta de dados a partir de discussões em grupo moderadas por um investigador. Esta técnica é amplamente utilizada pela psicologia, sociologia, *marketing* e pesquisa de opinião pública. Possui vantagens, incluindo: (i) diversidade de perspetivas: ao reunir várias pessoas com diferentes experiências e pontos de vista, é possível obter uma ampla gama de perspetivas e opiniões sobre um determinado tópico; (ii) interação social: a discussão em grupo focal promove a interação social entre os participantes, o que pode levar a *insights* e descobertas únicas que não seriam obtidas por meio de entrevistas individuais; (iii) identificação de padrões: ao analisar as discussões em grupo focal, os investigadores podem identificar padrões e tendências em relação a um determinado tema; (iv) identificação de lacunas na pesquisa: a discussão em grupo focal pode ajudar a identificar lacunas na pesquisa existente, bem como a gerar novas questões de pesquisa; (v) *feedback* imediato: a discussão em grupo focal permite que os investigadores obtenham *feedback* imediato dos participantes, permitindo-lhes adaptar as suas perguntas e metodologia de pesquisa de acordo com as necessidades dos participantes (Krueger e Casey 2015; Morgan 1997; Stewart e Shamdasani 2014; Barbour e Kitzinger 1999; Braun e Clarke 2006; Wilkinson 1998; Kitzinger 1995).

Os principais resultados das discussões nos grupos de estudantes universitários, por via da sua formação mais académica do que assente na experiência profissional, foram mais centrados na dimensão socio-tropicada das perceções (ou seja, discussões sobre a natureza e extensão da corrupção na sociedade e sobre os seus impactos generalizados), enquanto as discussões nos grupos seniores se centraram na dimensão egocêntrica (ou seja, discussões sobre as implicações da corrupção na vida quotidiana dos indivíduos). Além disso, os jovens focaram-se mais nos tipos de corrupção legal/institucional e paroquial, ao passo que os seniores se focaram na má administração do governo. Finalmente, verificou-se que os jovens apresentaram mais razões para não denunciar casos de corrupção, sendo a relação com a entidade patronal e a empatia motivos centrais para a não denúncia.

Após esta breve introdução, o capítulo encontra-se organizado em quatro secções. Na primeira fazemos uma breve revisão de literatura, com enfoque na associação entre a idade dos indivíduos e os seus julgamentos acerca da corrupção. Na segunda secção apresentamos a metodologia e a base de dados utilizada, que resulta da implementação dos seis grupos focais. Segue-se, por fim, uma apresentação e discussão dos resultados.

Breve revisão da literatura

Em estudos anteriores, a associação entre idade e julgamentos individuais acerca da corrupção em contextos democráticos não é clara. Nos trabalhos de Gardiner (1970) e Ferreira e Baptista (1992) há uma associação negativa entre idade e tolerância à corrupção. Por outras palavras, as gerações mais jovens tendem a expressar julgamentos mais severos do que as mais velhas. Gibbons (1989), por outro lado, concluiu que os estudantes mais jovens eram mais tolerantes em relação a situações de financiamento de campanhas e conflitos de interesse no serviço civil do que os mais velhos (com mais de 30 anos). Por sua vez, Jackson e Smith (1996) descobriram que a condenação era maior nos dois extremos da escala geracional (menos de 40 e mais de 60 anos) do que nos níveis intermédios. Mancuso *et al.* (1998), ao analisarem uma amostra dividida em três categorias geracionais – os mais velhos (nascidos antes de 1945), os *baby-boomers* (nascidos entre

1946 e 1965) e a geração X (nascidos depois de 1966) –, descobriram que a geração mais jovem era «menos julgadora». De acordo com de Sousa e Triães (2008), as gerações mais jovens e mais velhas têm sido apontadas como sendo mais inconsistentes e voláteis ao expressarem as suas opiniões e julgamentos éticos sobre a corrupção. Num contexto de precariedade no emprego e altos níveis de desemprego juvenil, as gerações mais jovens que entram no mercado de trabalho podem sentir-se mais pressionadas a envolver-se em negociações morais e a aceitarem como eticamente normais certas práticas sociais, como o uso de influências para resolver os seus problemas (de Sousa 2011a). As gerações mais velhas também foram duramente afetadas pela crise económica. As suas noções de uma «boa democracia» e as suas perceções e atitudes em relação à corrupção também podem ter sido afetadas pela exposição à austeridade. Este estudo contribui para esta literatura, examinando a relativização de duas gerações que foram particularmente expostas aos efeitos da recente crise económica e financeira: os jovens (estudantes graduados) e os idosos (profissionais reformados).

Além disso, investigações anteriores relataram que os padrões éticos entre os estudantes universitários são diferentes, até mesmo entre as disciplinas. Alguns estudos mostraram que estudantes da área de gestão apresentam padrões éticos mais baixos do que estudantes de outras disciplinas (Newstrom e Ruch 1975; Goodman e Crawford 1974; Hawkins e Cocanougher 1972; Shuptrine 1979; de Sousa *et al.* 2021). Landry *et al.* (2004) investigaram as respostas dos estudantes a dilemas éticos envolvendo questões legais e financeiras e descobriram que as perceções dos entrevistados foram influenciadas pelo tipo de disciplina que estudaram. Isso ocorreu porque os estudantes de contabilidade foram ensinados a serem mais sistemáticos e críticos na sua perceção dos dilemas éticos, enquanto os estudantes de gestão estavam mais focados em manter boas relações interpessoais do que no respeito pela cultura, tradição e normas da sociedade. Numa linha semelhante, diferentes estudos, envolvendo como sujeitos estudantes e gestores de empresas, relataram que os profissionais de gestão são mais tolerantes com práticas comerciais eticamente questionáveis do que os estudantes de outras disciplinas (Purcell 1972; Hollon e Ulrich 1979; Arlow e Ulrich 1980; Stevens 1984). O’Clock e Okleshen (1993) estenderam esta linha de

pesquisa, investigando se existiam diferenças entre os padrões éticos dos estudantes universitários nas áreas da gestão (gestão, *marketing*, finanças, administração de empresas, economia e contabilidade) e engenharia antes da conclusão da licenciatura. Os resultados foram inconclusivos quanto ao impacto das principais disciplinas da área de negócios no padrão ético dos estudantes. Levando em consideração estes resultados, o nosso estudo procura dar um contributo para a literatura através da avaliação de como diferentes tipos de formação académica para a ética afetam a forma como os estudantes entendem, percebem e reagem em relação à corrupção.

Metodologia

Os nossos dados foram coletados a partir de um breve questionário aplicado a seis grupos focais com o objetivo de capturar dimensões subjetivas da corrupção para informar o *design* de questionários de um estudo maior sobre atitudes, percepções e experiências das pessoas em relação à corrupção e austeridade na democracia (de Sousa *et al.* 2021). Os participantes foram selecionados tendo em consideração duas dimensões: formação (conhecimento académico *versus* conhecimento experiencial da corrupção) e idade (jovens e seniores). Realizámos quatro grupos focais com estudantes no último ano de licenciatura em áreas disciplinares que incluem corrupção/ética como tópicos nas suas disciplinas (ou seja, Direito, Economia, Ciência Política e Gestão Pública e Administração). Todos os estudantes universitários eram jovens com pouca ou nenhuma experiência de trabalho. Os outros dois grupos focais incluíram cidadãos seniores de diferentes programas de aprendizagem ao longo da vida, ou seja, profissionais aposentados, com uma longa experiência profissional e em lidar com dilemas éticos em contextos organizacionais. Em média, os nossos grupos-alvo tiveram uma taxa semelhante de participantes (≈ 9 a 13 por grupo), conformando-se com o tamanho médio sugerido na literatura (Morgan 1997; Adler e Clark 2008). Participaram, no total, 66 pessoas (30 homens e 36 mulheres).

Estamos cientes das limitações da nossa base de dados não apenas em termos do número de participantes, mas também pela ausência de informações sociográficas sobre os respondentes, como idade,

anos de experiência e posição de trabalho, que poderiam ser usadas como variáveis de controlo no nosso modelo analítico. Como já foi mencionado, estes grupos focais foram projetados e implementados como parte de uma estratégia de desenvolvimento de inquérito em seis etapas.

Os grupos foram orientados de modo a testar um novo *design* em três estágios, baseado na adaptação e articulação de três técnicas de recolha de dados: o uso de um questionário de quatro itens (estágio 1); a apresentação de estímulos visuais (estágio 2); a realização de discussões exploratórias com moderação de especialistas (estágio 3). Este capítulo avalia os principais dados individuais coletados durante o estágio 3 (de Sousa *et al.* 2020)..

Este estágio consistiu numa discussão aberta em torno dos assuntos centrais do projeto: a ligação entre corrupção e austeridade na democracia. Para garantir alguma consistência entre os vários grupos focais concebemos um guião curto com quinze perguntas abertas,¹ com um conjunto de perguntas de acompanhamento que refletiam uma série de questões pouco exploradas na literatura empírica relevante que queríamos testar, visando formatar ou rever determinados itens de pesquisa. Como o objetivo dos grupos focais era estimular uma discussão rica em torno desses tópicos, começámos por perguntar o que os participantes achavam que era a corrupção, que tipo de conduta se encaixaria no conceito e que tipo de conduta não se encaixaria, através de um conjunto de perguntas abertas. Em seguida, usámos dilemas éticos para obter informações adicionais sobre até que ponto são aceitáveis certas formas de corrupção, redirecionando o foco da discussão para a maleabilidade moral e a racionalização de condutas antiéticas. As discussões terminaram com uma reflexão sobre as razões para não denunciar a corrupção e para não sancionar condutas antiéticas nas urnas. Todas as discussões foram gravadas com o consentimento dos participantes e, posteriormente, transcritas para facilitar a análise de conteúdo.

De maneira a perceber a intensidade das discussões e a centrar-nos no que mais foi falado, conectando os testemunhos, e de maneira a extrair uma possível trajetória do conteúdo transcrito durante os

¹ Em anexo.

grupos focais, utilizou-se o *software Countwords*² para verificar que palavras foram mais usadas pelos jovens e seniores nos referidos grupos focais. As palavras mais citadas nos dois grupos (jovens e seniores) foram classificadas em três categorias: ato, incidência e consequência. Além disso, o mesmo *software* oferece-nos uma estatística das frases mais ditas nas discussões. Definimos como sentenças frases curtas, com duas, três ou, no máximo, quatro palavras. Essas sentenças foram então classificadas como ato, incidência, justificação e consequência.

Após a transcrição das referidas discussões, estabeleceram-se categorias para cada uma das perguntas contidas no guião. O objetivo foi padronizar a discussão em temas comuns utilizados em todos os grupos focais, para além de facilitar a análise do conteúdo. Dado que alguns temas relacionados com as perguntas contidas no guião foram mais interessantes e mais discutidos do que outros, este capítulo focou-se na construção de variáveis baseadas nas perguntas mais detalhadamente discutidas. Dito isto, a primeira variável categorizada foi denominada «enfoque da definição de corrupção», extraída da pergunta 1. A variável foi classificada de acordo com duas definições já bem conhecidas pela literatura: minimalista (ou seja, desvio ou abuso de autoridade delegada para benefício particular) e maximalista (ou seja, degeneração dos padrões de ética associados a um determinado sector ou cargo de poder). A segunda variável, também extraída da pergunta 1, «tipos de corrupção», foi classificada de acordo com o disposto no quadro 4.1 da sinopse.

A variável seguinte foi extraída da pergunta 3 e foi denominada «tolerância social». Esta variável foi classificada em dois conceitos muito importantes abordados em estudos de corrupção: a tolerância egocêntrica (tolerância à corrupção para benefícios individuais) e a sociotrópica (tolerância à corrupção para benefícios coletivos). Assim, discussões centradas nas categorias «a corrupção pode ajudar o indivíduo a resolver um problema que de outra forma dificilmente se resolveria» ou «a corrupção permite proteger as nossas empresas face à concorrência» foram classificadas como egocêntricas, ao passo que discussões centradas nas categorias «a corrupção pode ajudar a superar ou corrigir uma injustiça social» ou «é muito frequente, o que torna a corrupção uma norma social», foram classificadas como sociotrópicas.

² Disponível em <https://countwordsfree.com/>.

A última variável foi extraída da pergunta 15 e foi denominada «indisponibilidade para denunciar». Contém as seis principais razões discutidas entre os participantes como sendo significativas e decisivas para a não denúncia.

Resultados e discussão

Os resultados estão divididos em duas secções: a primeira, uma análise de conteúdo, evidencia as palavras e as sentenças curtas mais citadas entre os jovens e os seniores. A segunda secção mostra a análise das quatro variáveis definidas a partir das principais perguntas contidas no guião e que geraram intensa discussão entre os participantes.

Análise do conteúdo

O quadro 4.1 evidencia as palavras mais citadas entre os jovens durante as discussões nos grupos focais. Essas foram subdivididas em três categorias: (i) ato, que indica o meio ou a forma referida para a prática da corrupção; (ii) incidência, ou seja, onde os jovens mais evidenciam corrupção; (iii) consequência, que evidencia os efeitos oriundos de atos corruptos.

É possível observar que a palavra «corrupção» (em sentido mais abstrato) foi a mais utilizada pelos jovens universitários, seguida de «suborno», «crime» e «desvio» (sentido mais prático). Os participantes observaram também uma maior incidência nas empresas e na sociedade, em geral. As consequências da corrupção veem-nas associadas à cunha, ao dinheiro, aos concursos e à legislação.

Em geral, os jovens participantes apresentam uma visão mais generalista da corrupção, que ocorre com maior incidência nas empresas e na sociedade e traz como consequência a cunha e o dinheiro. Isso permite-nos traçar, ainda que preliminarmente, uma trajetória da discussão entre os jovens, que culminou em questões muito debatidas na sociedade portuguesa, como a necessidade da cunha para aceder aos empregos e aos serviços públicos, bem como a temática da corrupção relacionada com os concursos públicos e com a legislação.

Quadro 4.1 – Palavras mais citadas entre os jovens durante a discussão guiada

Ato	Incidência	Consequência
Corrupção (39%)	Empresa (13%)	Cunha (7%)
Suborno (1%)	Sociedade (12%)	Dinheiro (6%)
Crime (1%)	País (5%)	Concurso (5%)
Desvio (1%)	Política (1%)	Legislação (4%)
	Câmara (1%)	Benefício (3%)

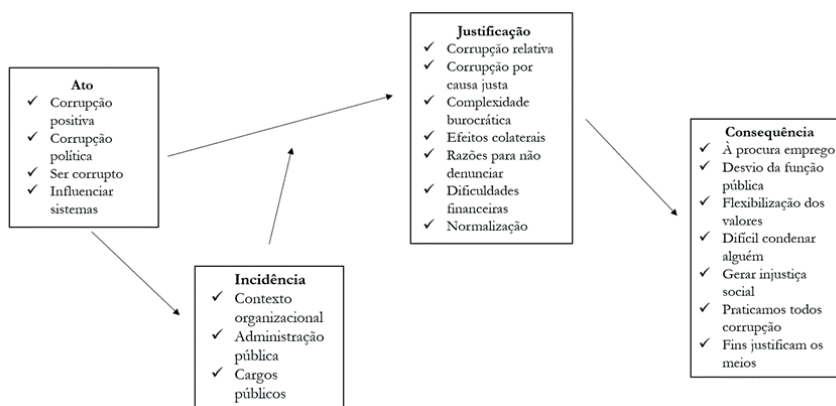
Fontes: de Sousa *et al.* (2020).

A figura 4.1 evidencia de maneira mais específica o que constatamos no quadro 4.2. Aqui temos as sentenças curtas (entre duas e quatro palavras) mais citadas entre os jovens durante a discussão guiada dos grupos focais. Da mesma maneira que no exercício anterior, procurou-se aqui traçar uma trajetória em que os atos corruptos, influenciados pelas suas incidências, implicam uma justificação da sociedade e culminam numa consequência, quer seja para o indivíduo ou para a sociedade.

Observa-se, assim, que a corrupção positiva e a corrupção política foram as sentenças mais citadas, tendo como incidência os contextos organizacionais e a administração pública. Isso traz algumas justificações para os atos, discutidas pelos jovens, como a corrupção por causa justa, a relativização da corrupção e as razões para não denunciar. As principais consequências desses atos, somadas às suas justificações, são os desvios da função pública e a sensação de injustiça social, aliada à ideia de que «os fins justificam os meios».

De um modo geral, é possível perceber aqui que os atos corruptos foram mais concretos, com as mesmas incidências encontradas no quadro 4.2, justificados sobretudo pela normalização da corrupção na sociedade, com consequências danosas para as pessoas, como a sensação de que todos praticam a corrupção.

Figura 4.1 – Sentenças curtas ($2 \leq 4$ palavras) mais citadas entre os jovens durante a discussão guiada



Fontes: de Sousa *et al.* (2020).

O quadro 4.2 evidencia as palavras mais citadas entre os participantes seniores durante a discussão guiada nos grupos focais. Observa-se, de uma maneira geral, a escolha da palavra «corrupção», em sentido mais abstrato, como definindo o ato corrupto, tendo como maior incidência as empresas, as pessoas e o país (Portugal). As principais consequências citadas foram as leis anticorrupção e a questão social.

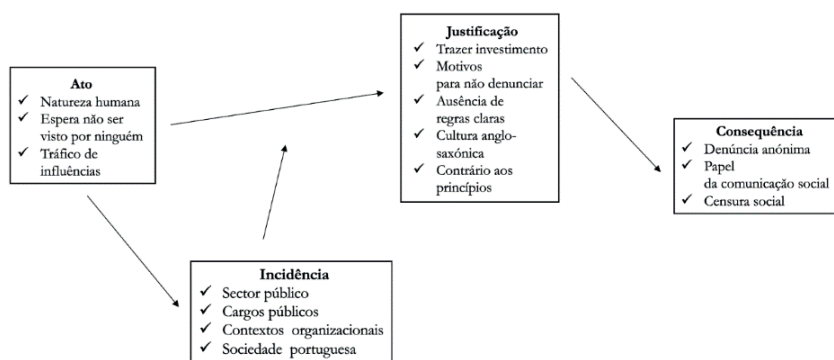
Quadro 4.2 – Palavras mais citadas entre os seniores durante a discussão guiada

Ato	Incidência		Consequência
Corrupção (30%)	Empresas (17%)	Público (5%)	Leis (3%)
	Pessoas (8%)	Instituições (5%)	Social (6%)
	País (6%)	Privado (4%)	Comportamento (5%)
	Portugal (6%)	Sociedade (3%)	

Fontes: de Sousa *et al.* (2020).

A figura 4.2 indica as sentenças curtas mais citadas entre os seniores. O ato corrupto é entendido como algo inerente à natureza humana, incidindo mais no sector público e nos cargos públicos. Como justificações para os referidos atos estão a possibilidade de investimentos e a ausência de regras claras no que tange à corrupção. Como consequência, evidencia-se a denúncia anónima e a censura social.

Figura 4.2 – Sentenças curtas (2 ≤ 4 palavras) mais citadas entre os seniores durante a discussão guiada



Fontes: de Sousa *et al.* (2020).

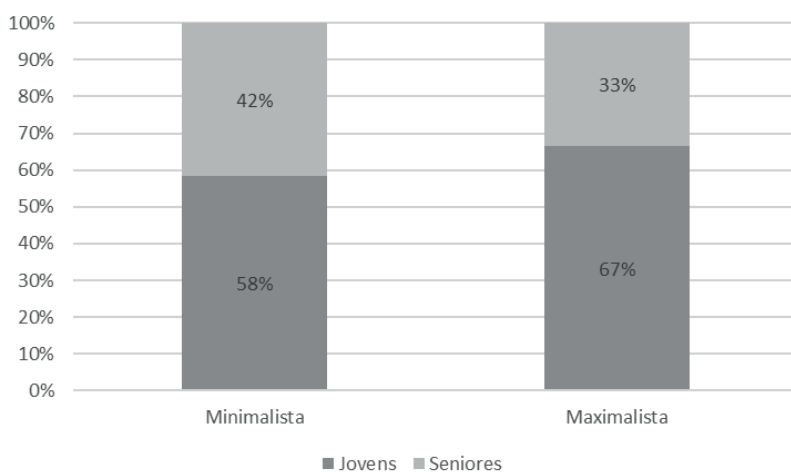
De um modo geral, existem semelhanças nas trajetórias desenhadas a partir das discussões entre os jovens e os seniores. A primeira é a natureza do ato corrupto. Tanto os jovens quanto os seniores entendem o ato corrupto (o ser corrupto) como sendo uma ação ou conduta inerente à natureza humana. Também a incidência da corrupção nos cargos públicos foi preponderante em ambos os grupos. Os motivos para não denunciar foram citados em ambos os grupos.

Análise das variáveis

A figura 4.3 sintetiza o resultado para a variável «enfoque da definição de corrupção» entre os jovens e os participantes seniores. É possível observar que os jovens têm uma visão mais maximalista do que

os seniores, que apresentam com maior prevalência uma definição minimalista. Alguns estudos indicam que há diferenças geracionais na percepção da política e do papel do governo. Os jovens tendem a ter uma visão mais maximalista, acreditando que o governo deve intervir mais ativamente na sociedade e resolver os problemas sociais, enquanto os idosos tendem a ter uma visão mais minimalista, acreditando que o governo deve ter um papel mais limitado na sociedade e deixar mais espaço para a iniciativa privada e para a sociedade civil. No entanto, é importante ressaltar que essas diferenças não são absolutas e podem ser influenciadas por fatores como o contexto histórico, cultural e político (Nie *et al.* 1976; Dalton e Wattenberg 2000; Jennings *et al.* 2009). Autores como de Sousa *et al.* (2022) evidenciam que para Portugal há uma maior concordância entre os inquiridos de que o entendimento social da corrupção deve cingir-se ao conjunto de práticas e comportamentos proibidos por lei, ou seja, um entendimento minimalista do fenómeno minimalista.

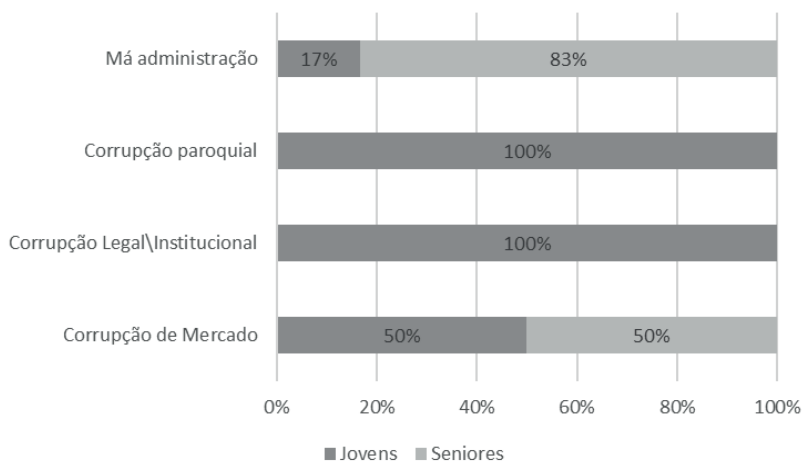
Figura 4.3 – Enfoque da definição de corrupção por jovens e seniores



Fontes: de Sousa *et al.* (2020).

A figura 4.4 mostra os tipos de corrupção percebidos pelos jovens e pelos seniores. A corrupção paroquial e a legal/institucional foram percebidas exclusivamente pelos jovens, ao passo que a má administração foi percebida maioritariamente pelos participantes seniores (83%). A corrupção de mercado foi percebida por ambos. Já a má administração, por se tratar de práticas constatadas no dia a dia em contextos organizacionais, é mais percebida pelos participantes seniores, dada a sua longa experiência profissional. De Sousa *et al.* (2022) destacam que, para os portugueses, os cenários de integridade que configuram condutas indiscutivelmente ilegais são considerados, quase unanimemente, como sendo corrupção. Já as situações que envolvam comportamentos deontologicamente reprováveis, mas que não impliquem uma violação da lei ou a obtenção ou sinalização de uma contrapartida, como é o caso da má administração e da corrupção paroquial, foram vistas de forma menos consensual como sendo corrupção.

Figura 4.4 – Tipos de corrupção por jovens e seniores



Fontes: de Sousa *et al.* (2020)

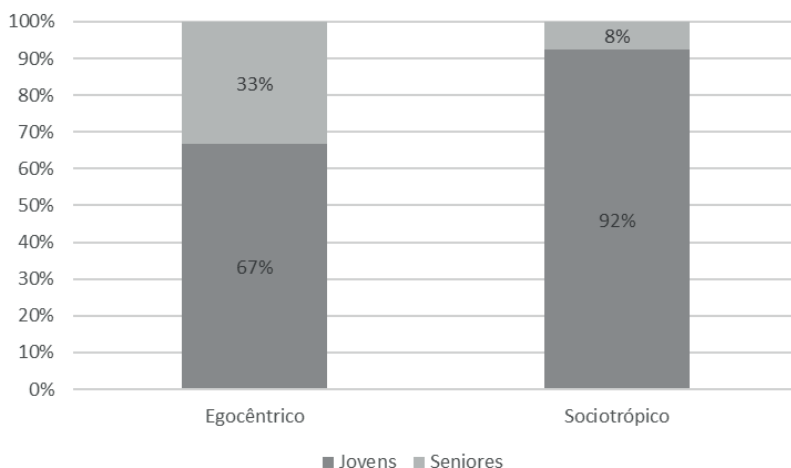
A figura 4.5 trata da forma como os dois grupos entendem a natureza, extensão e efeitos da corrupção. Dividimos as narrativas em dois tipos de abordagem: sociotrópica, quando a natureza, extensão e efeitos da corrupção são discutidos sobretudo em termos genéricos ao nível da sociedade, do país ou do sistema político; egocêntrica, quando as narrativas estão mais centradas nas experiências pessoais e os efeitos que a corrupção pode ter ou tem nas próprias vidas. De acordo com os dados que resultam da codificação das discussões em grupo, os jovens mostram-se mais sociotrópicos (92%) e os seniores mais egocêntricos (33%) na sua abordagem ao fenómeno da corrupção.

Algumas investigações indicam que os jovens tendem a ser mais sociotrópicos em relação à corrupção, isto é, mais propensos a considerar o impacto da corrupção em toda a sociedade, em vez de nas suas vidas. Por exemplo, um estudo realizado no Brasil concluiu que os jovens estão mais preocupados com a corrupção do que os adultos e que a encaram como um problema social, e não apenas um problema individual (FGV 2017). Existem também algumas pesquisas internacionais que abordam a relação dos jovens com a corrupção em diferentes contextos. Um estudo realizado em 2017 pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) em 35 países indicou que os jovens têm menos probabilidade de participar em atos de corrupção do que os adultos. No entanto, o estudo também apontou que a perceção dos jovens sobre a corrupção varia de acordo com o contexto cultural e socioeconómico em que estão inseridos. Por exemplo, em países com altos níveis de corrupção, os jovens são mais propensos a considerar a corrupção algo comum e aceitável (OCDE 2017). Outro estudo, realizado em 2016 pela Transparency International, revelou que a maioria dos jovens considera a corrupção um problema grave, mas muitos deles não se sentiam capazes de fazer a diferença no combate à corrupção. O estudo também destacou a importância da educação e do envolvimento cívico na prevenção e combate à corrupção entre os jovens (Transparency International 2016).

No entanto, outras pesquisas sugerem que os jovens tendem a assumir uma abordagem mais egocêntrica em relação à corrupção, especialmente quando são expostos a altos níveis de corrupção nas suas vidas. Um estudo realizado em 2014 pela Universidade do

Estado do Rio de Janeiro (UERJ) investigou a relação dos jovens com a corrupção no Brasil e concluiu que a maioria dos jovens não se considera parte do problema da corrupção, mas sim vítima da corrupção. Os autores argumentam que essa visão egocêntrica pode estar relacionada com a falta de informação e de formação sobre o assunto (UERJ 2014). Outro estudo realizado por de Sousa *et al.* (2022) evidenciou que 50% dos jovens consideram que a corrupção sociotrópica aumentou nos últimos anos em Portugal. Para a corrupção egocêntrica, 14% dos jovens disseram que a corrupção afeta muito a sua vida pessoal e profissional.

Figura 4.5 – Tolerância social por jovens e seniores

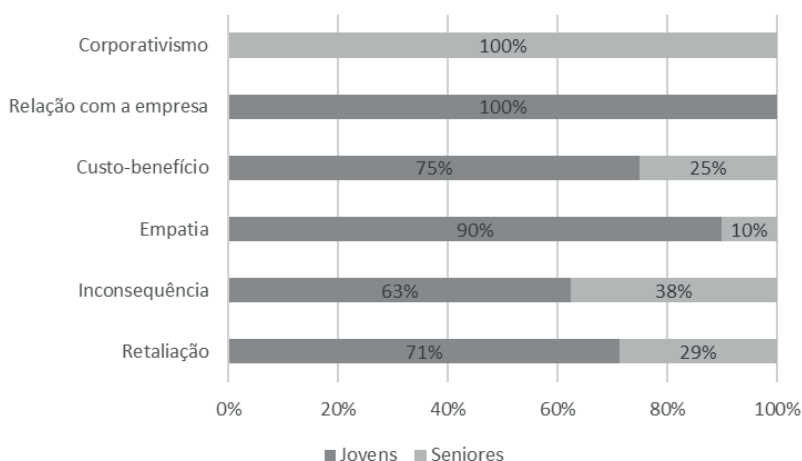


Fontes: de Sousa *et al.* (2020).

A figura 4.6 evidencia as principais razões para a não denúncia referidas pelos participantes nos grupos focais. É possível observar que o sentimento corporativista foi citado maioritariamente pelos seniores, ao passo que a não denúncia por causa da relação com a entidade patronal foi referida pelos jovens. Importa destacar que a empatia com o colega e o medo de retaliação são as razões de não denúncia mais invocadas pelos jovens, um resultado expectável, tendo em conta o facto de alguns estudantes estarem em vias de

ingressar no mercado de trabalho e/ou se encontrarem a trabalhar em condições de precariedade laboral. Alguns estudos abordam os diferentes fatores que poderão afetar a disponibilidade dos indivíduos para denunciar a corrupção. A relação entre a idade dos indivíduos e a sua predisposição para denunciar situações passíveis de configurarem corrupção, a influência da perceção de risco e insegurança na denúncia e a vitimização por corrupção são fatores que poderão inibir a denúncia, conforme destaca Bonito *et al.* (2016), Costa e Nunes (2018) e Klawitter e Mongeau (2017). Alguns estudos sugerem que os jovens são mais propensos a denunciar a corrupção do que os seniores; outros sugerem o contrário. Um estudo na África do Sul concluiu que os jovens eram mais propensos a relatar a corrupção do que os mais velhos (Mokoena e Matsebula 2017), enquanto outro estudo realizado na China evidenciou que os seniores eram mais propensos a denunciar a corrupção do que os jovens. De um modo geral, a denúncia de corrupção pode ser baixa em todas as faixas etárias devido a fatores como o medo de sofrer represálias, a falta de confiança nas autoridades e as normas culturais que desencorajam a denúncia (Jiang *et al.* 2018). Num estudo recente, de Sousa *et al.* (2022) mostraram que a principal razão de não denúncia apontada pelos portugueses tem

Figura 4.6 – Indisponibilidade para denunciar por jovens e seniores



Fontes: de Sousa *et al.* (2020).

a ver com a sua inconsequência, seguida da relação custo-benefício da denúncia e do receio de sofrer represálias. As três principais razões têm a ver com a eficácia e eficiência dos mecanismos institucionais de denúncia, com implicações diretas para as medidas legislativas que têm vindo a ser tomadas nos últimos anos neste domínio.

Resumidamente, é possível evidenciar que os jovens tendem a ter uma visão mais abrangente e multifacetada da corrupção, enquanto os seniores tendem a ter um entendimento mais focado na má administração e na corrupção enquanto crime no exercício de funções. Além disso, os jovens tendem a ser mais sociotrópicos na sua abordagem em relação à corrupção, enquanto os seniores tendem a discutir mais os efeitos que a corrupção tem nas suas vidas. Já no que concerne à predisposição para denunciar a corrupção, os jovens parecem estar mais relutantes em colaborar na deteção e sinalização de ocorrências, em parte por se sentirem mais expostos a possíveis represálias em contexto laboral, mas também devido à sua baixa confiança nos mecanismos institucionais de denúncia e de proteção de denunciantes.

Conclusão

Neste capítulo procurámos explorar a relação entre idade e tolerância da corrupção no contexto português. Os resultados do estudo sugerem que a perceção sobre corrupção varia de acordo com a idade, com os jovens a expressarem, de um modo geral, julgamentos mais severos em relação à corrupção do que os seniores. Para explorar essas diferenças geracionais foram organizados grupos focais com jovens (estudantes do 1.º ciclo do ensino superior) e seniores (inscritos em cursos de formação universitária para maiores de 50 anos). Os resultados indicaram que as discussões foram mais centradas na dimensão sociotrópica das perceções nos grupos de jovens universitários e na dimensão egocêntrica nos grupos seniores. Também foram discutidos diferentes tipos de corrupção e a relação dos participantes com a denúncia de casos de corrupção. Os jovens foram mais sensíveis aos casos de nepotismo, hospitalidade e portas giratórias, evidenciando uma preocupação com situações quotidianas tidas como normais pelos portugueses num passado recente. O medo e a empatia foram as razões mais escolhidas pelos jovens para a não denúncia, o que

mostra uma certa preocupação com a carreira profissional que se inicia, sem esquecer, entretanto, a relação com os colegas de trabalho.

Com base nesses resultados, é possível sugerir, ainda que de forma exploratória, algumas linhas de intervenção em matéria de prevenção e combate à corrupção em Portugal. A primeira é o investimento em educação. O estudo mostrou que os jovens universitários tendem a ser menos tolerantes em relação à corrupção; porém, também são os que mais centram a discussão do fenómeno na dimensão sociotrópica das perceções. O que a literatura nos sugere é que sociedades com níveis altos de intolerância face à corrupção, geralmente, apresentam baixos níveis percecionados de corrupção e uma elevada confiança nas instituições. No caso português, a intolerância aparece associada a elevados níveis percecionados de corrupção e de desconfiança nas instituições e esse parece ser o padrão entre os jovens que participaram nas discussões de grupo. Isto poderá estar associado a um sentimento de injustiça, de privação relativa, com implicações quer ao nível da formação, quer ao nível do seu acesso ao mercado de trabalho. Como sugeriu um participante jovem, as pessoas sentem-se injustiçadas: «enquanto umas fazem aquilo que é suposto fazer no exercício de funções, outras baldam-se para as regras e acabam por ganhar com isso». Para vários jovens participantes, o acesso ao primeiro emprego é feito pela via da cunha, e não pelo mérito, o que lhes causa uma enorme frustração e descrença nas vias institucionais de realização dos seus objetivos de vida. Portanto, investir em programas educacionais que abordem a ética e a integridade, sem criar condições de acesso ao mercado de trabalho assentes no mérito, poderá não gerar o efeito pró-social desejado. Também é preciso reforçar as instituições de controlo. Os participantes no estudo mostraram-se insatisfeitos com o papel das instituições de controlo e fiscalização na luta contra a corrupção. Por isso, é necessário investir na capacitação e no fortalecimento dos órgãos de controlo e fiscalização para que possam desempenhar efetivamente o seu papel na prevenção e combate à corrupção. As campanhas de sensibilização também podem ser úteis, dado que abordam a importância da integridade e da luta contra a corrupção, com o objetivo de consciencializar a população e combater a cultura de tolerância à corrupção. Essas campanhas devem ser direcionadas a todas as faixas etárias, incluindo jovens e idosos. Finalmente, é necessário implementar algumas medidas preventivas. O estudo mostrou que os jovens apresentaram mais razões para não

denunciar casos de corrupção. Para combater essa cultura de tolerância e medo é necessário implementar medidas que garantam a proteção efetiva dos denunciadores, sobretudo os que se encontram mais expostos a represálias (e. g., precários, mulheres, minorias, trabalhadores com baixos níveis de literacia), e que criem incentivos institucionais para que os cidadãos denunciem casos de corrupção.

Bibliografia

- Adler, E., e Clark, R. 2008. *How it's Done: an Invitation to Social Research*. 3.^a ed. Belmont, CA: Thomson Wadsworth.
- Arlow, P., e Ulrich, T. A. 1980. «Business ethics, social responsibility, and business students: an empirical comparison of Clark's study». *Akron Business and Economic Review*, 11 (3): 17-23.
- Barbour, R. S., e Kitzinger, J., eds. 1999. *Developing Focus Group Research: Politics, Theory, and Practice*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Bonito, J. A., Ribeiro, J. L., e Almeida, H. 2016. «Crime, insegurança e vitimização em Portugal». *Análise Social*, 219: 283-305.
- Braun, V., e Clarke, V. 2006. «Using thematic analysis in psychology». *Qualitative Research in Psychology*, 3 (2): 77-101.
- Costa, S., e Nunes, C. 2018. «Elder abuse and neglect in Portugal: findings from the first national prevalence study». *Journal of Elder Abuse & Neglect*, 30 (5): 347-359.
- Dalton, R. J., e Wattenberg, M. P. 2000. *Parties without Partisans: Political Change in Advanced Industrial Democracies*. Oxford: Oxford University Press.
- de Sousa, L., e Triães, J. 2008. *A Corrupção e os Portugueses – Atitudes, Práticas e Valores*. Lisboa: Edições RCP.
- de Sousa, L. 2011a. *Corrupção*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos e Relógio d'Água Editores.
- de Sousa, L., et al. 2020. «Base de dados dos grupos focais do projeto EPOCA», 2020, Arquivo Português de Informação Social, Lisboa. APIS0065, <<http://hdl.handle.net/10400.20/2084>>.
- de Sousa, L., et al. 2021. «Using a three-stage focus group design to develop questionnaire items for a mass survey on corruption and austerity: a roadmap». *Qualitative Research Journal*, 21 (3): 304-319.
- de Sousa, L., Clemente, F., e Calca, P. 2022. «Knowledge of official ethical standards and tolerance towards corruption: an exploratory study». *Analele Universitatii din Bucuresti*, série «Stiinte politice», 24 (1): 1-17, doi.10.54885/AUB-SP-FGPM5999.
- de Sousa, L., Magalhães, P., e Clemente, F. 2022. *Corrupção e Crise Económica: Percepções dos Portugueses sobre Corrupção*. 2 vols. <http://hdl.handle.net/10451/55149>. Lisboa: ICS.
- de Sousa, L., et al. 2020. «Using a three-stage focus group design to develop questionnaire items for a mass survey on corruption and austerity: a roadmap».

- Qualitative Research Journal*, vol. 21 (3): 304-319, <https://doi.org/10.1108/QRJ-09-2020-0110>.
- Ebrahim, A. 2013. «Corruption, young people and political engagement in Africa». *Journal of Contemporary African Studies*, 31 (3): 401-416.
- Ferreira, E. V., e Baptista, M. L. 1992. «Práticas de corrupção na sociedade portuguesa contemporânea». *Revista Polícia e Justiça*, 11 (3-4): 75-105. Instituto Nacional de Polícia Judiciária e Ciências Criminais.
- Freire, C. 2017. *Relatório Anual de Segurança Interna 2016*. Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- Fundação Getúlio Vargas (FGV). 2017. *Juventude e Participação: a Relação dos Jovens com a Política e a Sociedade*. São Paulo: FGV.
- Gardiner, J. A. 1970. *The Politics of Corruption: Organized Crime in an American City*. Nova Iorque: Russell Sage Foundation.
- Gibbons, K. M. 1989. «Variations in attitudes toward corruption in Canada». In *Political Corruption: A Handbook*, eds. A. J. Heidenheimer, M. Johnston e M. F. LaVigne, 165-171. New Brunswick, NJ, USA: Transaction.
- Goodman, C. S., e Crawford, G. M. 1974. «Young executives: a source of new ethics». *Personnel Journal*, 53: 180-187.
- Graf Lambsdorff, J., e Schubert, M. 2015. «The effect of corruption on migration, 1985-2000». *Applied Economics Letters*, 22 (12): 1027-1030.
- Hawkins, D. I., e Cocanougher, A. B. 1972. «Student evaluations of the ethics of marketing practices: the role of marketing education». *Journal of Marketing*, 36: 61-64.
- Heinisch, R. 2014. «Generational effects on corruption attitudes in Europe». *West European Politics*, 37 (6): 1226-1245.
- Hollon, C. J., e Ulrich, T. A. 1979. «Personal business ethics: managers vs. managers-to-be». *Southern Business Review*, 5: 17-22.
- Jackson, M., e Smith, R. 1996. «Inside moves and outside views: an Australian case study of elite and public relativizations of political corruption». *Governance*, 9 (1): 23-42.
- Jackson, T. 2009. «Age and attitudes towards corruption: evidence from the Afrobarometer surveys». *Political Studies*, 57 (1): 136-155.
- Jennings, M. K., Stoker, L., e Bowers, J. 2009. «Politics across generations: family transmission reexamined». *The Journal of Politics*, 71 (3): 782-799.
- Jiang, Y., Xu, H., e Liu, Q. 2018. «Age, cohort and corruption reporting in China». *Social Indicators Research*, 137 (2): 555-573.
- Klawitter, M. M., e Mongeau, P. A. 2017. «Age and crime reporting: a content analysis of local newspaper articles». *Journal of Interpersonal Violence*, 32 (9): 1365-1384.
- Kitzinger, J. 1995. «Qualitative research: introducing focus groups». *BMJ: British Medical Journal*, 311 (7000): 299-302.
- Krueger, R. A., e Casey, M. A. 2015. *Focus Groups: A Practical Guide for Applied Research*. 5.^a ed. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Landry, R., Moyes, D. G., e Cortes, C. A. 2004. «Ethical perceptions among Hispanic students: differences by major and gender». *Journal of Education for Business*, 80 (2): 102-108.

- Mancuso, M., et al. 1998. *A Question of Ethics: Canadians Speak Out*. Toronto: Oxford University Press.
- Mokoena, R. S., e Matsebula, J. 2017. «Attitudes towards corruption: a study of South African youths». *Journal of Governance and Regulation*, 6 (2): 17-24.
- Morgan, D. 1997. *Focus Groups as Qualitative Research*. 2.^a ed. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Newstrom, J. W., e Ruch, W. A. 1975. «The ethics of management and the management of ethics». *MSU Business Topics*, 23: 29-37.
- Nie, N. H., Verba, S., e Petrocik, J. R. 1976. *The Changing American Voter*. Harvard: Harvard University Press.
- O'Clock, P., e Okleshen, M. 1993. «A comparison of ethical perceptions of business and engineering majors». *Journal of Business Ethics*, 12: 677-687.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). 2017. *Youth and Corruption: A Comparative Analysis of Youth Survey Results*. Paris: OCDE.
- Purcell, T. V. 1972. «Do courses in business ethics pay off?». *California Management Review*, 19 (4): 50-58.
- Rabelo, V. F., e Carvalho, J. 2019. «Vitimização por corrupção e relutância em denunciar: uma análise com dados do *Crime Survey for England and Wales*». *Revista Brasileira de Segurança Pública*, 13 (1): 38-56.
- Reis, F. C., e Gonçalves, R. A. 2018. «Fatores associados à subnotificação de violência contra a pessoa idosa». *Ciência e Saúde Coletiva*, 23 (6): 1985-1996.
- Rose-Ackerman, S. 1999. *Corruption and Government: Causes, Consequences, and Reform*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Shuptrine, F. K. 1979. «Evaluating the ethics of marketing practices: student perceptions». In *Educators Conferences Proceedings*, eds. Neil Beckwith et al., 124-127. Chicago: American Marketing Association.
- Singh, S., e Pai, R. 2017. «Attitudes towards corruption among university students in India». *International Journal of Comparative and Applied Criminal Justice*, 41 (2): 99-113.
- Stevens, G. E. 1984. «Business ethics and social responsibility: the responses of present and future managers». *Akron Business and Economic Review*, 15: 6-11.
- Stewart, D. W., e Shamdasani, P. N. 2014. *Focus Groups: Theory and Practice*. 3.^a ed. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Sung, H. E., e Lee, J. J. 2015. «Generational differences in attitudes towards corruption in South Korea». *Journal of Contemporary Asia*, 45 (4): 667-685.
- Transparency International. 2016. *Global Corruption Barometer – Youth: A Survey of 18-35 Year Olds*. Berlim: Transparency International.
- Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). 2014. *Juventude e Corrupção: Percepções e Atitudes dos Jovens Brasileiros*. Rio de Janeiro: UERJ.
- Universidade de Brasília (UnB). 2015. *Juventude e Corrupção no Brasil: Estudo sobre Atitudes, Percepções e Comportamentos dos Jovens Brasileiros em Relação à Corrupção*. Brasília: Fundação Konrad Adenauer e UnB.
- Wang, C., e Sung, H. E. 2018. «The impact of social distance and generation on corruption tolerance in China». *Journal of Asian and African Studies*, 53 (4): 583-598.
- Wilkinson, S. 1998. «Focus groups in feminist research: power, interaction, and the co-construction of meaning». *Women's Studies International Forum*, 21 (1): 111-125.

Anexo

Guião para a discussão

Vamos começar por discutir o que é que se entende por corrupção e como é que as pessoas pensam, opinam e se comportam em relação a este fenómeno

Conceito

P1. O que é a corrupção? [Que elementos caracterizam este fenómeno?]

Dimensões conceptuais

P2. Uma determinada conduta ou prática no exercício de funções deve ser ilegal para ser considerada corrupção?

P3. Se uma determinada prática ou conduta não estivesse em estrito cumprimento das regras e procedimentos associados ao cargo, mas tivesse grande aceitação pela população, seria considerada corrupção?

P4. E, se essa ação ou comportamento tivesse por objetivo beneficiar a comunidade, em geral, ou corrigir uma injustiça, seria considerada corrupção?

Relevância social

P5. A corrupção é um tema recorrente nas conversas. O que é que motiva as pessoas a falar sobre corrupção?

Aceitabilidade/tolerância social

P6. As pessoas às vezes censuram a corrupção, outras vezes aceitam e até tentam justificar o recurso a expedientes ilegais ou impróprios. Em que circunstâncias a corrupção pode ser entendida como algo aceitável?

Corrupção enquanto crime

P7. Na maioria dos países, como Portugal, a corrupção é um crime no exercício de funções, que pode resultar em pena de prisão. Por que é que as pessoas infringem a lei e correm o risco de serem apanhadas?

Maleabilidade moral

P8. Vamos imaginar que vocês acabaram o curso e estão à procura de emprego. A vossa mãe conseguiu arranjar uma entrevista de emprego numa firma através de uma pessoa amiga. Aceitariam ir à entrevista?

P9. Vamos supor que a entrevista tinha corrido bem e que a amiga da vossa mãe pedia à secretária que dispensasse os demais candidatos em lista de espera. Aceitariam a oferta de emprego, crenças de que isso tinha sido fruto do vosso mérito ou ficariam com a sensação de que os outros candidatos tinham sido preteridos por não terem uma «cunha»?

P10. O que é que vos levaria a aceitar algo contrário aos vossos princípios?

P11. Ficariam incomodados com o que terceiros pudessem pensar da forma como conseguiram o emprego?

Agora vamos debruçar-nos sobre o que as pessoas pensam que deve ser feito para combater a corrupção e como é que elas atuam face ao fenómeno

Anticorrupção: princípios em jogo

P12. Na vossa opinião, o combate à corrupção é uma coisa positiva por si só ou é instrumental, isto é, serve para atingir outros fins?

P13. O combate à corrupção é sempre positivo?

Punição eleitoral da corrupção

P14. Por que é que as pessoas votam em candidatos que supostamente estão envolvidos em práticas ilegais ou impróprias no exercício de funções?

Indisponibilidade para denunciar

P15. Por que é que algumas pessoas optam por não denunciar uma situação que pode ser indiciadora de abuso de funções?